

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2006 (Valores em R\$)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, com sede em Brasília - DF, é Empresa pública de direito privado, criada pelo Decreto-Lei 509, de 20/03/69, e vinculada ao Ministério das Comunicações. Rege-se pela legislação federal e por seu Estatuto. Sua estrutura administrativo-operacional é constituída pela Administração Central – AC, composta pelos Conselhos de Administração e Fiscal, pela Diretoria, pelos Departamentos e Órgãos do mesmo nível e por 27 Diretorias Regionais. Atua no segmento postal, sendo detentora da exclusividade sobre os serviços de recebimento, transporte e entrega de carta, cartão postal e correspondência agrupada e o recebimento, transmissão e entrega de telegramas, conforme previsto na Lei 6.538/78. Na área financeira presta serviços de pagamento a aposentados e pensionistas da previdência social; e como correspondente bancário realiza serviços básicos de abertura de contas correntes e de poupança, saques, depósitos, bem como recebimento de títulos, dentre outros.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas em conformidade com a legislação societária vigente, Lei 6.404/76 e em observância à Lei 9.249/95 (artigos 4º e 5º), que trata da extinção da Correção Monetária de Balanço.

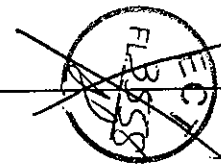
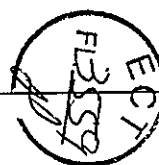
NOTA 3 - PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

O resultado, apurado pelo regime de competência, inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais a índices e taxas oficiais incidentes sobre ativos e passivos circulantes e a longo prazo.

3.1 - Estoques: avaliados pelo custo médio de aquisição, que não supera os preços de mercado e é inferior ao custo de reposição.

3.2 - Investimentos: registrados pelo custo de aquisição, acrescido de correção monetária até o exercício de 1995 e deduzidos da provisão necessária à sua realização a valor de mercado.

3.3 - Imobilizados: demonstrados pelo custo de aquisição ou construção, corrigidos monetariamente até 1995, observadas as Leis 7.799/89 e 9.249/95 e Decreto 332/91, e depreciados pelo método linear. As taxas de depreciação utilizadas estão de acordo com a expectativa de vida útil. As principais taxas aplicadas são as seguintes:



Natureza do imobilizado	Taxa Anual
Imóveis	4%
Equipamentos de informática	20%
Instalações, Máquinas e Equipamentos	10%
Veículos	20%
Outras imobilizações	20%

3.4 - Diferido: demonstrado pelo valor de custo, ajustado por amortizações a partir da data em que começam a ser usufruídos os benefícios, em períodos que não ultrapassam o prazo máximo de dez anos, estabelecido na Lei 6.404/76.

3.5 - Demais ativos: apresentados pelo valor de realização acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até o exercício de 1995.

3.6 - Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo: registrados pelos valores conhecidos ou estimados, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias.

3.7 - Provisões: os critérios de constituição das provisões para alcances, prejuízos a apurar, agências de correios franqueadas inadimplentes, débito de agência de correio comercial, valores em cobrança jurídica, reclamações trabalhistas/civis, reservas a amortizar postalis registradas durante o exercício, tiveram seus critérios de constituição revisados no exercício de 2006 e são os seguintes:

3.7.1 - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa: constituída ao final do exercício, com base no percentual correspondente à relação entre a soma das perdas ocorridas nos últimos três anos e o saldo da conta de Faturamento a Receber referente aos clientes particulares, existente no final dos anos correspondentes aos três últimos exercícios. No saldo constituído em 2006, foi considerado perda o valor de R\$14,6 milhões referentes ao serviço de telegrama fonado, vencido entre 2001 e 2005, esgotada a fase de cobrança administrativa, sendo a cobrança via judicial anti-econômica em razão do valor individual.

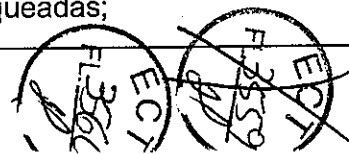
3.7.2 - Provisão para Alcances: constituída mensalmente, à base de 99% do saldo registrado na conta Alcances, para absorver perdas causadas por detentores de valores e/ou bens da Empresa;

3.7.3 - Provisão para 13º Salário: constituída mensalmente, no valor correspondente a 1/12 (um doze avos) da remuneração de cada empregado, e encargos sociais respectivos, com base nas informações disponibilizadas pelo Sistema de Gestão de Pessoal (POPULIS);

3.7.4 - Provisão para Férias: constituída mensalmente, no valor correspondente a 1/12 (um doze avos) da remuneração de cada empregado, e encargos sociais respectivos, com base nas informações disponibilizadas pelo Sistema de Gestão de Pessoal (POPULIS);

3.7.5 - Provisão para Prejuízos a Apurar: constituída mensalmente à base de 90% do saldo da conta Prejuízos a Apurar, utilizada para fazer face às perdas referentes a roubos, furtos, extravios e espoliações, cujos processos se encontram em fase de apuração;

3.7.6 - Provisão para Agência de Correios Franqueada Inadimplente (ACFs): constituída mensalmente, à base de 30% do saldo da conta ACFs Inadimplentes, e 90% do saldo das contas Inadimplentes com Cobrança Judicial e Descredenciadas com Cobrança Judicial, para absorver possíveis perdas referentes a inadimplências das Agências de Correios Franqueadas;



3.7.7 - Provisão para Débitos de Agências de Correio Comercial (ACC): constituída mensalmente, à base de 73% do saldo registrado na conta Inadimplentes, e 98% do saldo das contas Inadimplentes com Cobrança Judicial e Descredenciadas com Cobrança Judicial;

3.7.8 - Provisão para Valores em Cobrança Jurídica: constituída mensalmente, à base de 97% do saldo das contas Cheques em Cobrança Jurídica e Outros Direitos em Cobrança Jurídica, para fazer face às perdas decorrentes de valores ou títulos entregues ao órgão jurídico para cobrança;

3.7.9 - Provisão para Reclamações Trabalhistas/Cíveis: constituída à base de 100% do valor de cada demanda judicial ajuizada contra a ECT, cujo desfecho seja avaliado, pelos consultores jurídicos, como de provável perda;

3.7.10 - Provisão para Reservas a Amortizar/Postalís: do saldo registrado de R\$322 milhões, houve uma complementação em 2006 de R\$290 milhões, conforme Nota Explicativa 14;

3.8 - Imposto de Renda e Demais Tributos

A Empresa apura o Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ com base no Lucro Real por períodos trimestrais. As provisões foram constituídas mensalmente à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescidas do adicional de 10%, nos termos da legislação vigente.

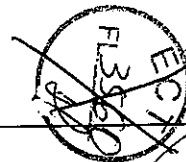
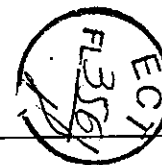
Aplicam-se à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, no que couberem, inclusive quanto à opção pelo período de apuração e pagamento, as disposições da legislação do imposto de renda. As provisões foram constituídas mensalmente à alíquota de 9% incidente sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado pelas adições, exclusões e compensações determinadas ou autorizadas pela legislação vigente.

A Contribuição para Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP e a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas no exercício de 2006 à alíquota de 0,65% e 3%, respectivamente, sobre a receita total, efetuadas as exclusões e diferimentos permitidos pela legislação.

NOTA 4 – DISPONÍVEL

4.1 – Caixa: em 31/12/2006 o valor de R\$119,9 milhões, em caixa, estava distribuído, de maneira heterogênea, em 5.770 Unidades de Atendimentos, presentes em todos os Estados da Federação. Esse montante destinava-se a satisfazer obrigações de pagamentos de benefícios do INSS, Vales Postais, entre outras, nos primeiros dias de cada mês.

4.2 - Aplicações: as disponibilidades financeiras, decorrentes de receitas próprias, estão aplicadas nos Fundos de Investimentos Extramercado Exclusivo no Banco do Brasil S/A, nas carteiras Fundo 13 e Fundo 15, compostas por Letras Financeiras do Tesouro (LFT) e Letra do Tesouro Nacional (LTN), registrada pelo valor líquido de realização, na data do balanço, conforme detalhado a seguir:



FUNDO 13

APLICAÇÃO	VALOR	PARTE
LFT	1.276.201.377,80	57%
LTN	638.211.474,61	28%
Op. (1 dia)	190.354.405,43	8%
Sub-total	2.104.767.257,84	94%
Ajustes(*)	(141.369,13)	0%
Fundo-15	137.347.967,65	6%
Total	2.241.973.856,36	100%
Imp. Renda	(3.105.785,15)	(0,13%)
Líquido	2.238.868.071,21	99,87%

VENCTO	LFT	LTN	OP-1DIA	TOTAIS
2007	357.729.300,07	415.217.976,42	190.354.405,43	963.301.681,92
2008	525.221.699,65	222.993.498,19		748.215.197,84
2009	214.822.711,60			214.822.711,60
2010	59.231.067,08			59.231.067,08
2011	119.196.599,40			119.196.599,40
TOTAIS	1.276.201.377,80	638.211.474,61	190.354.405,43	2.104.767.257,84

(*) Tx. Adm; Cpmf; Ajuste mercado futuro e outros na gestão do fundo-13.

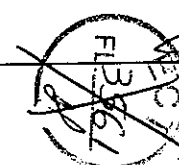
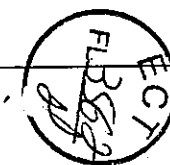
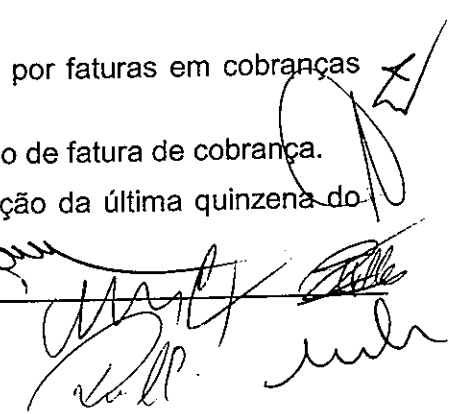
NOTA 5 - CRÉDITOS

NATUREZA DO CRÉDITO	2006	2005
Serviços Faturados	653.155.468,18	534.166.998,93
Serviços a Faturar	35.053.006,21	24.808.441,21
Cartões de Crédito	434.008,01	464.815,23
ACF/Prestação de Contas	50.897.330,99	55.679.415,03
ACF/Débitos Negociados	340.562,33	1.887.090,14
Débitos Internacionais	39.566.528,42	61.657.806,41
Débitos AGC	121.052,03	165.666,21
Débitos ACS	2.403.972,74	3.491.587,44
Outros Débitos de Clientes	32.691.467,35	41.262.658,06

5.1 - Serviços Faturados: representam os direitos da empresa por serviços prestados a clientes e estão suportados por faturas em cobranças bancária, administrativa ou jurídica.

5.2 - Serviços a Faturar: representam os direitos da Empresa por serviços prestados a clientes, em processo de emissão de fatura de cobrança.

5.3 - ACF/Prestação de Contas: refere-se aos direitos da Empresa junto a franqueados, correspondente à arrecadação da última quinzena do mês.

5.4- Débitos Internacionais: corresponde aos direitos junto a clientes e Correios internacionais com os quais a ECT mantém parceria comercial. Esses valores foram corrigidos pela variação do Direito Especial de Saque – DES, na data do balanço.

5.5 - Outros Débitos de Clientes: refere-se a créditos da Empresa, principalmente relativos a serviços prestados ao INSS. Do saldo de faturas vencidas a mais de 365 dias, R\$ 112,7 milhões foram reclassificados para Realizável a Longo Prazo visando melhorar a qualidade dos índices da empresa.

NOTA 6 - ESTOQUES

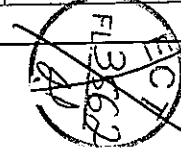
Os materiais em estoque estão avaliados pelo custo médio de aquisição e armazenados em dois grandes Centros de Distribuição de Materiais, responsáveis por suprir, sistemática e tempestivamente, as unidades administrativas, além de 7,6 mil Unidades de Atendimento e demais unidades operacionais.

MATERIAIS ESTOCADOS	2006	2005
Combustíveis e lubrificantes	131.999,81	128.370,81
Material para consumo	26.567.468,07	21.996.240,80
Material para revenda/almoxxarifados	6.048.358,42	10.746.500,28
Material para revenda/Agência	49.846,83	49.780,95
Material destinado à alienação	69.647,59	81.231,78
Material em trânsito	2.737.129,72	6.280.278,39
Material em consignação	67.732.245,78	46.735.455,21

NOTA 7 - OUTROS VALORES E BENS

7.1 – ADIANTAMENTOS

ADIANTAMENTOS	2006	2005
Adiantamento para Pequenas Despesas	28.802,00	31.935,35
Adiantamento Salarial	2.024.312,10	4.940.969,98
Adiantamento 13º Salário	1.968,20	0,00
Adiantamento de Férias	56.459.533,72	50.057.893,05
Empregados Cedidos	3.038.353,19	2.673.182,09
Convênios Bancários	50,00	6.277.976,26



Handwritten signatures and initials, including a large signature at the top right and several smaller ones below.

7.1.1 - Pequenas Despesas: adiantamentos a empregados da Empresa, para pagamento de despesas sujeitas a posterior comprovação, desde que estas não possam ser realizadas pelo processo normal de compras e caracterize atendimento de caráter estritamente excepcional ou emergencial.

7.1.2 - Salarial: caracterizam-se como adiantamento salarial, os débitos de empregados decorrentes de cobertura de saldo negativo e de qualquer outra forma de antecipação salarial autorizada, compensável em folha de pagamento, exceto adiantamento de férias.

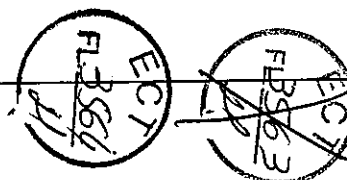
7.1.3 - Férias: adiantamento de salário concedido por ocasião do gozo de férias, cuja devolução poderá ocorrer em até 5 (cinco) parcelas.

7.1.4 - Empregados Cedidos: valor devido, por órgãos públicos, à ECT relativo às despesas com remuneração e encargos de empregados a eles cedidos.

7.1.5 - Convênios Bancários: refere-se aos valores recolhidos pela ECT ao Banco conveniado, provenientes de depósitos efetuados por clientes em conta corrente ou poupança, como também, de valores provenientes de recebimentos de contas.

7.2 - VALORES A COMPENSAR

DIREITOS A COMPENSAR	2006	2005
Salário-família	55.577,78	42.428,34
Salário-maternidade	360.609,17	179.532,00
IRRF/Aplicações financeiras	30.419.450,52	34.135.600,21
ICMS a recuperar/compensar	351.590,05	1.239.751,49
IR - retido na fonte - Lei 9.430	15.160.346,53	12.935.407,96
CSLL retido na fonte - Lei 9.430	3.022.223,55	2.703.120,15
COFINS retido na fonte - Lei 9.430	3.498.678,35	4.527.666,72
Pis/Pasep retido na fonte - Lei 9.430	763.620,68	980.523,55
INSS retenção por clientes	160.122,97	1.768.305,62
Recolhimentos indevidos - Lei 10.833/03	7.050.119,95	765.773,46
ISSQN retenção por clientes	1.237.673,60	1.064.827,39
Recolhimento indevido - INSS	639.099,42	0,00
INSS: pagamentos benefício/Empregados	566.854,57	893.339,54
Instituições bancárias - saques	0,00	20.414.057,99
Instituições bancárias - pagamentos	0,00	(1.578.462,19)
Pagamentos transitórios - ERP	0,00	1.637.875,31



7.2.1 – Imposto de renda retido na fonte: o montante de R\$30,4 milhões refere-se ao Imposto de Renda, compensável, cobrado sobre os rendimentos das aplicações financeiras.

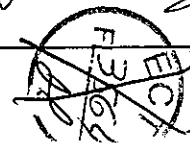
7.2.2 – Tributos e Contribuições/Lei nº 9.430: os valores R\$15,1 milhões (IRRF); R\$3,0 milhões (CSLL); R\$3,4 milhões (COFINS) e R\$763,6 mil (PIS/PASEP) referem-se a tributos e contribuições retidos, por órgãos da Administração Pública Federal, quando do pagamento de produtos e/ou serviços adquiridos na ECT.

7.2.3 – Recolhimentos indevidos – Lei nº 10.833/2003: o montante de R\$7,0 milhões refere-se aos valores recolhidos à Secretaria da Receita Federal, decorrentes de recolhimentos indevidos de Pasep e Cofins, os quais, atualizados pela Selic, podem ser compensados com qualquer tributo administrado pela Receita Federal.

7.3 – COBRANÇA JURÍDICA/INADIMPLÊNCIA

DIREITOS EM COBRANÇA JURÍDICA	2006	2005
Faturas em cobrança jurídica	37.733.008,44	30.794.360,40
Cheques em cobrança jurídica	1.566.481,54	1.930.127,31
Outros direitos em cobrança jurídica	40.533.263,35	42.090.427,37
Fat.vinc.cheques em cobrança jurídica	10.119,18	555,00
Provisão p/ direitos cobrança jurídica	(40.787.138,60)	(27.901.006,65)
Alcances	26.127.674,45	12.788.203,01
Provisão para alcances	(25.662.610,66)	(11.509.373,45)
Inadimplentes	1.899.223,25	2.321.077,62
Inadimplentes c/ cobrança jurídica	927.848,84	729.331,96
Descredenciadas c/ cobrança jurídica	29.312.516,69	28.359.595,89
ACF/Tomada de Contas Especial	0,00	132.993,81
Provisão p/ débito de ACF	(27.602.940,06)	(15.775.922,73)

7.3.1 - Faturas em cobrança jurídica: o montante de R\$37,7 milhões refere-se a débitos, em valores históricos, de empresas privadas inadimplentes, cuja cobrança está sendo realizada pela área jurídica da Empresa. O débito, quando maior que R\$1 mil e a cobrança judicial se mostre economicamente viável, é adotada a cobrança via judiciário.



7.3.2 – Outros direitos em cobrança jurídica: do montante de R\$40,5 milhões, R\$36,2 milhões se refere aos seguintes direitos:

DEVEDOR	VALOR	PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Interunion Capitalização - PapaTudo	11.763.674,05		Notas promissórias em cobrança judicial - fórum S. Paulo/SP. Crédito habilitado na liquidação 1036/98 - Portaria 560/02 do BACEN – Aguarda alienação de bens para apuração de pagamento de credores
Alston – Ctr 10.572/2001	5.334.766,15	2004.34.00.014964-2 2004.34.00.018354-2	Ações Cautelares Inominadas. Ambos os processos conclusos para sentença.
Société Générale – Ctr. 8.909/1997	19.107.150,03	2004.34.00.048887-8	Ação Indenizatória. Aguarda especificação de provas pelas partes.

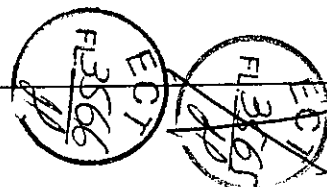
7.3.3 – Alcances: o montante de R\$26,1 milhões refere-se a débitos, de ex-empregados, decorrentes de ilícitos cujos processos (Tomada de Contas Especiais - TCE) foram enviados ao Tribunal de Contas da União – TCU para análise e julgamento.

7.3.4 – Descredenciadas c/ cobrança jurídica: o montante de R\$29,3 milhões refere-se a débitos de Agências de Correios Franqueadas – ACF, descredenciadas em face de descumprimentos de cláusulas do contrato de franquia. Para esses casos, a ECT tem ajuizado ações de cobrança.

7.4 – VALORES A APURAR

PREJUÍZOS EM APURAÇÃO	2006	2005
Prejuízos a apurar - delitos externos	9.409.936,36	7.503.525,56
Prejuízos a apurar - delitos internos	14.090.716,23	8.774.355,99
Provisão p/ prejuízos a apurar	(20.874.075,45)	(11.126.348,54)

7.4.1 – Delitos Externos/ Delitos Internos: os montantes de R\$9,4 milhões e R\$14,0 milhões referem-se aos registros de prejuízos causados, respectivamente, por terceiros ou por empregados, cujos processos de apuração de responsabilidades ainda não foram concluídos. Em face de a ECT ser uma entidade da Administração Pública Federal todos os danos causados ao seu patrimônio são comunicados à Superintendência da Polícia Federal.



7.5 – Provisão para Perdas no Recebimento de Créditos: a Empresa com fundamento nos princípios contábeis e na Lei 9.430/96 (art. 9º e 10), converte, contabilmente para despesas, parte dos valores registrados nas contas citadas nas Notas 7.3.2; 7.3.3; 7.3.4 e 7.4.1 conforme diretrizes constantes da Nota 3.

7.6 – OUTROS CRÉDITOS

DIRETOS A REALIZAR	2006	2005
Notas promissórias	274.602,42	479.849,13
Outros débitos de empregados	4.161.864,33	4.204.049,24
Vale postal internacional - importação	22.795,80	219.778,87
Outros débitos de terceiros	12.102.094,76	8.220.588,80
Outros pagamentos por conta de terceiros	1.515.591,15	1.171.462,92
Multas de trânsito	634.319,33	0,00
Ajustes balancete da União	1.195.814,26	540.268,65

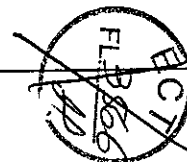
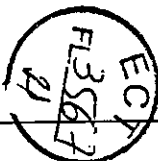
7.6.1 - Outros débitos de empregados: o montante de R\$4,1 milhões refere-se a débitos decorrentes de prejuízos causados por empregados à Empresa, cujos processos de apuração foram concluídos e houve acordo para ressarcimentos.

7.6.2 - Outros débitos de terceiros: o montante de R\$12,1 milhões refere-se a débitos de ex-empregados, de clientes e/ou de fornecedores, em processo administrativo de cobrança.

NOTA 8 - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

8.1 – Aplicações: vide Nota 4.2

8.2 – Créditos: o valor de R\$ 112.732.699,01 refere-se a faturas, vencidas há mais de 365, de clientes órgãos Públicos. Soma-se a essa rubrica o valor referente a **Imóveis Funcionais** no montante de R\$5,0 milhões, referente ao valor remanescente, atualizado monetariamente, da venda, em 1991, de imóveis residenciais funcionais, cuja cobrança e recebimento das prestações estão sob a responsabilidade da Caixa Econômica Federal – CEF.



8.3 – Depósitos Judiciais

NATUREZA DO DEPÓSITO	2006	2005
Depósitos judiciais	28.425.086,48	29.447.967,32
Depósitos recursais	35.276.887,95	33.933.288,96
Depósitos recursos administrativos	39.488.998,61	40.320.847,45
Assistência Jurídica - livre escolha	449.500,00	0,00

Os valores de R\$28,4 milhões; R\$35,2 milhões e R\$39,4 milhões referem-se aos depósitos realizados para fazer face às demandas judiciais em que a ECT figura como réu, cabendo ressaltar o seguinte:

- os depósitos judiciais são decorrentes de cumprimento de determinações judiciais;
- os depósitos recursais decorrem da interposição de recursos em instância superior em face de derrota em primeira instância;
- os depósitos recursos-administrativos são depósitos, a favor do INSS, equivalentes a 30% do valor do auto de infração relativos às Notificações Fiscais de Lançamento de Débito – NFLD. Mediante esse depósito, a ECT interpõe recurso administrativo.

8.4 – Outros:

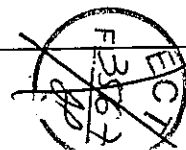
8.4.1 - Outros créditos a realizar: R\$ 12.907.118,98 relativos ao depósito de poupança-garantia pelo contrato comercial 531/2005 com a Caixa Econômica Federal; e R\$7.726.035,11 refere-se a Notificações Fiscais de Lançamento de Débito – NFLD emitida pelo INSS, entre outros.

Por força da NBC T 19.7 o valor de R\$ 60,4 milhões, referente ao ISSQN retido por clientes, foi transferido para o resultado do exercício, uma vez que ainda não é praticamente certo que a Empresa recuperará esses valores, pois não há decisão judicial definitiva nesse sentido.

NATUREZA DOS CRÉDITOS	2006	2005
Outros créditos a realizar	22.523.123,74	53.801.511,09
ISSQN retenção por clientes	706.555,11	34.326.456,72

NOTA 9 - INVESTIMENTOS

Do montante de R\$13,2 milhões, os valores mais significativos são aqueles decorrentes de aplicações nos fundos FINOR e FINAM conforme art. 592, Decreto nº. 3.000, de 26/03/1999 – RIR/99. Cabe destaque, também, a reversão da provisão no valor de R\$6,9 milhões haja vista melhora no deságio desses títulos no mercado durante o exercício de 2006.

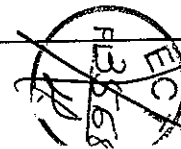


NATUREZA DOS INVESTIMENTOS	2006	2005
Participações não relevantes	3.429.630,10	3.429.630,10
FINAM	12.793.728,91	12.793.728,91
FINOR	15.268.161,72	15.268.161,72
Provisão para perdas	(19.785.733,82)	(26.709.849,67)
Museus e coleções	649.660,13	651.172,01
Outros investimentos	894.386,50	894.386,50

NOTA 10 – IMOBILIZADO e DIFERIDO
10.1 – Imobilizações

NATUREZA DO BEM	2006	2005
Bens imóveis	892.183.094,04	771.586.443,28
Terrenos	97.164.123,84	97.127.855,03
Prédios	450.278.407,86	383.099.925,53
Instalações em prédios próprios	224.458.118,98	184.393.000,73
Benfeitorias e instalações imóveis de Terceiros	120.282.443,36	106.965.661,99
Depreciação/ Amortização Acumulada	(291.567.828,16)	(236.940.720,58)

NATUREZA DO BEM	2006	2005
Bens móveis	2.208.408.275,46	2.110.992.546,02
Móveis e Utensílios	169.382.659,45	146.315.098,28
Máquinas e Equipamentos	1.147.244.981,06	1.135.557.378,57
Veículos Motorizados	298.688.752,11	245.745.534,59
Veículos não Motorizados	7.432.422,07	6.135.405,12
Ferramentas e Instrumentos	2.150.509,99	2.235.540,97
Equipamentos de Processamento de Dados	412.022.474,09	410.958.165,29
Softwares, Licenças e Similares	171.486.476,69	164.045.423,20
Depreciação/Amortização acumulada	(1.065.330.904,97)	(875.991.954,55)

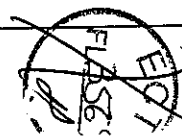


NATUREZA DO BEM	2006	2005
Imobilizado em andamento	143.407.817,55	211.619.009,19
Obras em andamento	115.832.912,06	182.525.175,14
Aquisições de bens móveis em andamento	18.295.381,70	16.337.399,46
Material/bens a imobilizar	6.127.809,52	6.594.948,12
Adiantamentos p/ inversões fixas	66.992,00	66.992,00
PPA/SAA – Sistema de Automação de Agência	101.052,64	124.382,64
PPA/Rede Corporativa	1.049.769,87	1.065.762,09
PPA/Mecanização da Triagem	27.682,00	27.682,00
PPA/Rastreamento de Objetos	27.555,80	30.929,80
PPA/Sistema de Informação	414.751,50	2.821.556,67
PPA/Geoprocessamento	10.666,00	10.666,00
PPA/SCADA – Sistema de Captação de Dados	78.694,84	78.694,84
PPA/Gerenciamento de Fila	1.374.549,62	1.934.820,43

NATUREZA DO BEM	2006	2005
Bens intangíveis	296.119,00	337.735,74
Marcas, Patentes e Outros Direitos	196.117,22	236.727,30
Direito de Uso Linha Telefônica	100.001,78	101.008,44

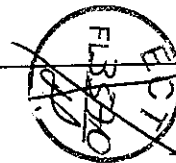
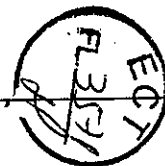
10.2 – Gastos Diferidos

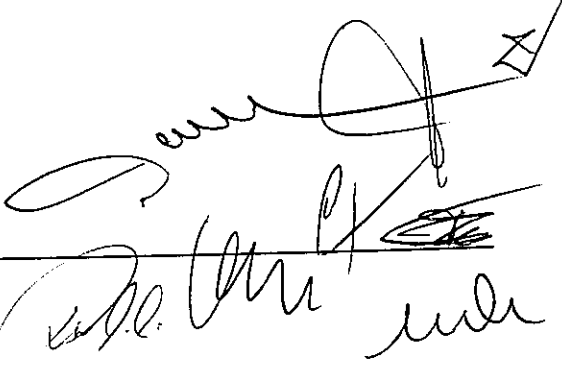
NATUREZA DO BEM	2006	2005
Gastos de implantações pré-operacionais	2.885.462,54	2.033.579,87
Imóveis próprios	2.648.382,09	1.841.054,33
Imóveis de terceiros	237.080,45	192.525,54
Amortização Acumulada	(617.105,65)	(346.991,91)



NATUREZA DO BEM	2006	2005
Projetos Plano Plurianual - PPA	49.524.498,53	50.827.774,66
SAA - Sistema de Automação de Agência	6.170.091,85	7.284.662,42
Auto - atendimento	7.171.451,21	7.532.577,77
Rede corporativa	1.596.070,28	1.960.241,29
Mecanização da triagem	761.842,05	761.842,05
Rastreamento de objetos	17.397.840,13	17.406.949,57
Sistemas de informação	799.235,97	799.235,97
Geoprocessamento	5.335,95	5.335,95
Instalações e Mecanizações - Aporte tecnológico	104.070,96	104.070,96
SCADA - Sistema de Captação de Dados	189.784,93	189.784,93
Banco postal	9.314.150,32	8.768.448,87
Outros gastos c/ implementações e projetos	6.014.624,88	6.014.624,88
Amortização Acumulada	(28.645.175,76)	(22.001.328,11)

NATUREZA DO BEM	2006	2005
Outros valores a amortizar	6.222.033,60	6.072.511,84
Estudos e projetos	1.197.832,20	1.212.203,22
Outras despesas a amortizar	5.024.201,40	4.860.308,62
Amortização Acumulada	(2.508.388,25)	(1.877.649,12)





NOTA 11 - PASSIVO CIRCULANTE

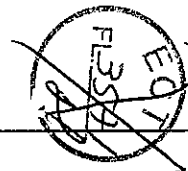
ENCARGOS SOCIAIS	2006	2005
INSS - empregador	42.828.259,26	36.483.390,69
Postalis - empregador	22.542.416,39	22.616.221,00
Senai adicional	213.391,98	299.827,40
Salário educação	2.893.083,58	2.818.084,26
FGTS	23.161.370,21	20.060.697,40
INSS - contribuinte individual	293.051,72	799.857,03
INSS - cooperativas	402.493,90	375.018,72
Postal Prev - Empregador	493.877,76	232.234,01
Déficit atuarial - Postalis	32.397.049,34	0,00
Outros encargos patronais	30.260,61	58.008,03

11.1 – Encargos Sociais: a expressiva variação (49,5%) no montante dos encargos sociais quando comparados 2006 (R\$125,2 milhões) e 2005 (R\$83,7 milhões) tem explicação pelo aumento da folha de pagamento e pela transferência, em 2006, de R\$32,4 milhões referente à parcela a ser liquidada em 2007 do compromisso assumido pela empresa junto ao Postalis para liquidação desse Passivo Atuarial em 19 anos. No Exigível a Longo Prazo está provisionado mais R\$580,4 milhões.

11.2 – Impostos e Contribuições: houve uma redução no saldo da conta de 2005 para 2006 de 183% causada principalmente pela baixa dos valores aprovisionados desde o exercício de 2004 relativos ao PASEP no montante de R\$ 119,8 milhões adicionados aos Lucros acumulados – Patrimônio Líquido.

11.3 – Dividendos a pagar: foram destinados dividendos de 50% do lucro do exercício ajustado, calculados nos termos do artigo 202 da Lei 6404/76, no valor de R\$ 51.959.256,28. Esse passivo, em 2005, era de R\$277.893.517,24 (R\$188 milhões de 2005 e R\$89 milhões de 2004), liquidado em 2006. Vale destacar que a esse montante é somado o valor dos Juros sobre Capital Próprio no valor de R\$198,3 milhões.

11.4 – Arrecadação e Recebimentos: do montante de R\$165,8 milhões, destacam-se as obrigações de pagamentos decorrentes de Captação de depósitos bancários, na qualidade de correspondente bancário, no valor R\$116,9 milhões; seguida de R\$12,2 milhões referentes aos recebimentos para o Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos – Postalis e R\$11,1 milhões decorrentes de transferências de numerário de terceiros, via serviço de Vale Postal Nacional. Outras obrigações que compõem esse grupo estão em destaque no quadro abaixo. Cabe salientar que essas obrigações são liquidadas mensalmente e na forma pactuada.



OBRIGAÇÕES RELEVANTES	2006	2005
Captação de depósitos bancários	116.891.800,41	114.924.752,66
Recebimento p/ Postalís	12.206.707,71	7.091.093,96
Emissão vale postal nacional	11.114.295,57	10.782.257,20
Cheque correios – venda	3.491.945,07	5.279.571,71
Venda de produtos de terceiros	6.822.832,29	3.736.766,24
Recebimento de Contas-Serviços Públicos	3.324.009,56	3.733.994,90
Recebimento de Contas-Serviços Particulares	3.332.271,88	3.076.420,61

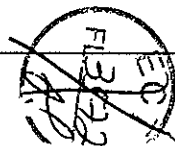
11.5 – Adiantamentos de clientes: do montante de R\$306,0 milhões de passivo decorrentes de adiantamento de clientes, destaca-se a parcela de R\$294,0 milhões referente ao aporte feito pelo INSS para pagamento de benefícios a aposentados e pensionista nos primeiros dias de janeiro/2007; e R\$8,7 milhões adiantados por outros clientes por conta de serviços a serem prestados.

11.6 – Contas Internacionais: o valor de R\$23,4 milhões representa as obrigações da Empresa para com as Administrações Postais, Operadores Privados e Cias. Aéreas em face das transações internacionais dos Correios. Esse valor está corrigido pela variação do Direito Especial de Saque – DES.

11.7 – Precatórios e Mandados Judiciais: são obrigações decorrentes de sentenças judiciais, vencíveis em 2007 (curto prazo: R\$20,2 milhões) e a partir de 2008 (longo prazo: R\$116,8 milhões).

NATUREZA DOS PRECATÓRIOS/MANDADOS	2006	2005
Precatórios trabalhistas (CP)	14.304.138,33	11.725.268,84
Precatórios cíveis (CP)	5.965.747,43	301.485,58
Precatórios trabalhistas (LP)	10.505.083,51	6.217.634,10
Precatórios fiscais (LP)	16.912,25	3.044.178,15
Ações de fornecedores (LP)	106.343.370,31	0,00

11.8 – Empréstimos e Financiamentos: obrigações decorrentes de financiamentos, em moeda estrangeira, com períodos de amortização entre cinco e dez anos com garantias do Banco do Brasil S/A. Para o exercício de 2007 foram provisionados R\$46,0 milhões e para os exercícios seguintes, R\$184,1 milhões.



AGENTE FINANCEIRO	VIGÊNCIA	SITUAÇÃO DOS CONTRATOS – 31/12/2006				SALDO A LIQUIDAR – 31/12/2006			
		MOEDA	ORIGINAL	PAGO ATE 31/12/2006	SALDO	COTAÇÃO	TOTAL (*)	EM 2007	APÓS 2007
KFW (Alemanha)	28/02/2000	EUR	62.129.884,50	26.871.179,63	35.258.704,87	2,82024	102.177.542,33	20.261.661,56	81.915.880,67
JBIC/Marubeni Corporation	12/05/2000	JPY	8.773.868.531	3.372.959.236	5.400.909.295	0,01795	98.214.172,98	18.200.291,72	80.013.881,26
Danske Bank A/S (Dinamarca)	14/06/2000	EUR	18.246.872,50	7.906.235,59	10.340.636,91	2,82024	29.781.716,45	7.580.579,96	22.201.136,49
Totais							230.173.431,34	46.042.533,24	184.130.898,42

Obs.: (*) Incluído juros e comissões.

11.9 – Participação nos Lucros e Resultados – PLR: o montante de R\$62,0 milhões refere-se à participação dos empregados no resultado positivo do exercício de 2006, que será pago no curso de 2007 conforme Acordo Coletivo de Trabalho.

11.10 – Receitas a apropriar: neste grupo estão registradas as receitas decorrentes de alugueis de Caixas Postais que, em face do regime de competência adotado pela Empresa, devem ser apropriadas no curso de 2007 (R\$9,6 milhões) e nos exercícios seguintes (R\$19,7 milhões).

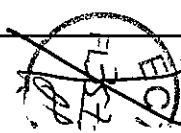
11.11 – Juros Remuneratórios sobre Capital Próprio: o montante de R\$198,3 milhões refere-se ao crédito para a União, acionista único, a título de remuneração do capital próprio. O valor foi calculado pela Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP) sobre o Patrimônio Líquido ajustado, nos termos da decisão da diretoria da empresa de 19/04/2006 (REDIR- 16/2006).

NOTA 12 - EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

12.1 – Provisões: o montante de R\$261,2 milhões refere-se a provisões constituídas à base de 100% do valor de cada demanda judicial ajuizada contra a ECT, cujo desfecho seja avaliado, pelos consultores jurídicos, como de provável perda. O valor contabilizado está atualizado monetariamente até 31/12/2006.

PROVISÕES	2006	2005
Demandas trabalhistas	214.867.820,82	187.683.581,83
Demandas cíveis	46.370.816,43	56.751.816,30
Ações de fornecedores	0,00	92.398.516,60

Contingências Passivas: em 31/12/2006, a Empresa era Ré em outras 10.701 demandas judiciais, já com perda em primeira instância, cujo montante pleiteado era da ordem de R\$310,7 milhões. Entretanto, o efeito financeiro e o prazo para desembolso são de difícil mensuração haja vista os diversos recursos que ainda serão impetrados nas instâncias seguintes. De acordo com NBC T 19.7, não cabe provisão para essas



contingências em face de o risco jurídico ser, ainda, de possível perda. Há também um passivo fiscal não-reconhecido, classificado como perda remota, haja vista a tese de imunidade tributária defendida pela Empresa, em apreciação pelo STF.

12.2 – Tributos compensados: refere-se a valores de tributos não recolhidos e compensados com créditos apurados em trabalho realizado pela IAB – Assessoria Tributária Ltda, em demanda judicial.

12.3 – Outros débitos: o montante de R\$35,7 milhões é composto por R\$19,7 milhões comentado na Nota 11.10 e pela parcela de R\$16,0 milhões pertencente a contratos de prestação de serviços a clientes, em fase de apuração para acerto final de contas.

NOTA 13 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

13.1 - Capital Social: o Capital Social da Empresa é de R\$ 1.868.963.891,51, alterado em 2006 conforme Decreto nº 5.672 de 11/01/2006 (DOU de 12/01/2006), pela capitalização dos saldos da Reserva de Investimentos (R\$361,0 milhões) e dos Lucros Acumulados (R\$364,2 milhões).

13.2 - Reservas de Capital/Outras Reservas: o montante de R\$ 31.814.183,87 refere-se a recebimento de bens em doações de órgãos públicos.

13.3 - Reservas de Lucros/Reserva Legal: o valor de R\$ 122.060.752,27 representa o destaque de 5% do lucro líquido dos exercícios de 2001 a 2006, em conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76, e se destina a assegurar a integridade do Capital Social.

13.4 - Lucros Acumulados: o valor de R\$ 391.028.684,15, representa o saldo dos lucros auferidos pela Empresa, já deduzidos a Reserva Legal e os Dividendos da União.

13.5 – Ajustes de Exercício Anteriores: registro do valor de R\$242,6 milhões conforme mencionado na Nota 14.

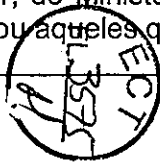
NOTA 14 - FUNDO DE PENSÃO

A ECT é patrocinadora de uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, constituída em 26 de janeiro de 1981, denominada Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos – POSTALIS, que tem por finalidade garantir a suplementação dos benefícios de aposentadoria e pensão a seus empregados e participantes, por meio do plano de benefício definido. Suas reservas matemáticas são calculadas atuarialmente e revisadas periodicamente.

A ECT contribui com uma parcela mensal de no máximo, 8,921% da folha de pagamento, composta da taxa de contribuição normal (paritária entre a patrocinadora e o participante) e da taxa de contribuição especial destinada à cobertura das Reservas a Amortizar referentes a serviços passados.


Em setembro de 2006 foi apresentada pela atuária do Postalís (STEA – Serviços Técnicos de Estatística e Atuária Ltda.) o novo saldo de reserva a amortizar - R\$612,8 milhões, dos quais R\$47,7 milhões foram registrados no resultado do exercício de 2006 e o restante, R\$242,6 milhões, foi deduzido dos Lucros Acumulados - Patrimônio Líquido.

Foi implantado no decorrer de 2005 o novo Plano de Benefícios da Contribuição Definida – POSTALPREV, cujo regulamento foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar, do Ministério da Previdência Social – MPAS. No entanto, a nova modalidade somente está disponível para os empregados recém contratados ou aqueles que não faziam parte do antigo plano.



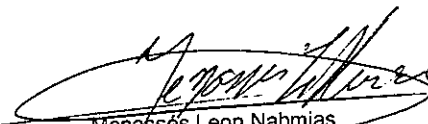
NOTA 15 - EVENTOS SUBSEQÜENTES


Solução Integrada de Gestão Empresarial – está prevista para ser concluída, ainda no primeiro semestre de 2007, a entrada em produção do módulo de Faturamento e Cobrança. Assim, cerca de 65% da receita da Empresa passará a ser gerenciada pelo sistema ERP.



 Carlos Henrique Almeida Custódio
 Presidente


 Décio Braga de Oliveira
 Diretor Econômico-Financeiro



 Samir de Castro Hatem
 Diretor Comercial


 Menasses Leon Nahmias
 Diretor de Tecnologia e de Infra-Estrutura


 Carlos Roberto Samartini Dias
 Diretor de Operações


 Roberto dos Santos Souza
 Diretor de Administração


 Maria de Lourdes Rosalem
 Diretor de Recursos Humanos


 Ildo Rony de Moura
 Contador CRC/RS-041.505/T-0

20. OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO
 SRTV/SUL CO. 701 BL. 01 L1 3A TERREO
 ED. ASSIS CHATEAUBRIAND - BRASÍLIA/DF
 CNPJ/UF 00.618.421/0001-80

RECONHECO e dou fé por SEMELHANÇA a(s)
 firma(s) de:
 [Assinatura] - CARLOS HENRIQUE ALMEIDA.....
 CUSTODIO.....

Em testemunho da verdade,
 BRASÍLIA, 29 de dezembro de 2007

RAYLIAN BORGES DE OLIVEIRA - TABELADO
 MARCO ANTONIO DE SOUZA - TABELADO SUBSTITUTO
 MENDES DA SILVA GOUVEIA - ESC. NOT. AUT. 1
 MARIA LUIZES S. P. ASES - ESC. NOT. AUT. 1
 RAYLIAN NASCIMENTO BERNARDO - ESC. NOT. AUT. 1

ECT
 FL 3576
 2007

ECT
 FL 3576
 2007